

PROCESSO	- A. I. Nº 206940.0006/00-4
RECORRENTE	- ARTIMEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 1ª JJF nº 0973/01
ORIGEM	- INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET	- 05.06.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0185-12/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Tratando-se de levantamento quantitativo de estoques, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. Refeito os cálculos, corrigindo-se o valor inicialmente apurado. Afastada a arguição de nulidade e negado o pedido de diligência. Os argumentos aduzidos no Recurso não provocam modificação nos valores remanescentes no julgamento da 1ª Instância. Mantida a Decisão Recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário onde o sujeito passivo, respaldado na regra inserta no art. 169, II, “b”, do RPAF/99, interpõe o mesmo por discordar da decisão de 1ª Instância que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte, através do Acórdão nº 0973/01.

As infrações constantes da peça vestibular foram as seguintes:

- 1- falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurada através de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado (1996 a 1999).
- 2- falta de recolhimento do imposto pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem emissão de documentos fiscais e conseqüentemente sem a respectiva escrituração, o que autoriza a cobrança de imposto decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas, empregadas no pagamento das citadas entradas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques, por espécie de mercadorias, em exercício fechado (1996 a 1999).

O julgamento proferido pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, no Acórdão ora recorrido, afastou a arguição de nulidade suscitada pelo autuado. Fundamentadamente indeferiu o pedido de diligência. Manifestou-se quanto a pedido do defendente para aumentar o percentual de perda de 10% para 15%, uma vez que teria sido o mesmo quem informou aos autuantes, conforme fl. 132 dos autos.

No mérito, considerou que os levantamentos produzidos pelos autuantes e que foram refeitos na informação fiscal afastaram qualquer dúvida em torno da autuação. E adequando as infrações à Portaria nº 445/98, observou que em todos os exercícios as omissões de saídas foram superiores às diferenças de entradas e como determina o art. 60, inciso II, “a”, e, o § 1º do mesmo artigo do RICMS/97, a multa relativa à falta de escrituração das entradas fica absorvida pela multa da infração principal.

Concluiu o voto pela Procedência Parcial e representou a autoridade competente como determina o art. 156 do RPAF/99, em face de ter sido apurado omissão de saída no exercício de 1998, em valor superior ao indicado no Auto de Infração, quando do refazimento dos levantamentos quantitativos pelos autuantes.

O autuado ao ser cientificado da decisão proferida na 1ª Instância, por não se conformar com a mesma, apresentou o Recurso, no prazo decencial, à fl. 367 dos autos, aduzindo as seguintes razões:

- a) que surgiram fatos novos que apontavam erro no levantamento inicial e por isso discorda do voto consignado no 1º parágrafo, de que a empresa “tentou omitir informações que entendeu contrária aos seus interesses”, porque o que ocorreu foi erro por parte dos fiscais no levantamento que realizou;
- b) diz que no exercício de 1997, a Nota Fiscal de devolução de vendas nº 1781 emitida em 26/05/97, que representa entrada de mercadoria, não foi considerada pelos fiscais, e que tal fato gerou uma diferença em dobro.
- c) que também não foram consideradas as transações fiscais com o depósito fechado, que deve se considerar a quantidade de 110 m² de piso azul classic no estoque existente no referido exercício (1997).

Ao final, anexa cópia da Nota Fiscal nº 1781, documentos de importação, e cópia do Livro de Inventário com as quantidades do produto acima referido.

A PROFAZ exarou o Parecer, opinativo à fl. 397, na assentada de julgamento, observando que a Nota Fiscal nº 1781 de devolução apresentada pelo recorrente no Recurso Voluntário já havia sido abatida no levantamento do autuante à fl. 49 dos autos. Entendendo desprovido de razão o argumento do recorrente, opinou pelo Improvimento do Recurso.

VOTO

Verifica-se que o recorrente apresenta tempestivamente o seu Recurso Voluntário inconformado com o julgamento proferido na 1ª Instância, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em lide.

Trata a acusação fiscal de exigência de imposto apurado através de levantamentos quantitativos por espécie de mercadorias, onde alguns erros apontados na peça de defesa às fls. 134 a 136 dos autos, foram levados em conta pelos autuantes ao prestarem Informação Fiscal, fls. 223 a 235 dos autos.

Merece registro, o fato dos autuantes terem elaborado novos demonstrativos onde reduzem o valor das omissões de saídas nos exercícios de 1996, 1997 e 1999. E quanto ao exercício de 1998, embora tenha sido aumentado o valor das omissões de saídas, mas, como não pode haver agravamento da infração, manteve-se o valor originalmente apurado.

Assim, tendo o julgador de 1ª Instância adequado as infrações apontadas à Portaria nº 445/98, e levando em conta os cálculos refeitos na Informação Fiscal, considero correta a decisão proferida no Acórdão nº 0973/01, julgando o Auto de Infração Procedente em Parte.

Quanto às razões aduzidas no Recurso acerca da Nota Fiscal nº 1781, concernente a devolução de vendas, como bem analisado pela Douta PROFAZ não assiste razão ao recorrente, uma vez que os autuantes consideraram o ingresso da mercadoria conforme se verifica à fl. 49 dos autos.

Ademais, analisando o demonstrativo de estoque de fls. 70 e 71 dos autos e o de fls. 275 e 276, apresentado pelos autuantes na informação fiscal, constato que a mercadoria “ piso mármore branco carrara 40 x 40”, não apresentou diferença e assim não foi objeto da autuação, e sobre a referida mercadoria sequer houve exigência de imposto, não obstante, tenha sido um dos itens do levantamento de estoque nos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

Portanto, desprovido de fundamento o reclame do recorrente acerca do tratamento dado à referida nota fiscal.

Relativamente ao item piso “azul classic” que o recorrente alega nas razões do Recurso que não foram levadas em conta, pelos autuantes, as transações efetuadas com seu depósito fechado e que o estoque existente de 110 m² deve ser considerado, observo que relativo a este item – MAM-2 – PISO AZUL CLASSIC / AZUL MED. – não foi atribuído base de cálculo para exigência de imposto, nos levantamentos de fl. 244 (1996), fl. 275 (1977), fl. 304 (1998) e fl. 332 (1999), logo não há o que ser expurgado do montante do débito constante na Decisão Recorrida.

Por todo acima exposto, e o que dos autos consta, voto pelo IMPROVIMENTO do Recurso pois os elementos apresentados pelo recorrente são incapazes de promover reforma na Decisão hostilizada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho da Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206.940.0006/00-4, lavrado contra **ARTIMEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.577,00**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de Maio de 2002.

HELCÔNIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFAZ